

ECONOMIA

Reforma não garantirá empregos

Para professores de Economia, alteração trabalhista proposta pelo governo de Michel Temer levará anos para funcionar

Mariana Ceccon
mariana@liberal.com.br
AMERICANA



Em um cenário de crescimento na ocupação informal e de altos índices de desemprego, especialistas em economia e comércio da RPT (Região do Polo Têxtil) dizem que não será a reforma trabalhista, proposta pelo governo federal, que reverterá tão cedo o quadro econômico atual.

Enquanto comerciantes alegam que os encargos trabalhistas são grandes empecilhos para novas contratações, economistas dizem que a alteração na legislação levará anos e não pode ser considerada como "escape" para a crise financeira.

Diretor da Faculdade de Economia da PUC-Campinas, Izaías de Carvalho Borges diz que a informalidade sempre foi uma marca histórica no Brasil e que apenas a superação da crise financeira poderá resolver o desemprego.

"Se pegarmos de 2002 a 2013, teve uma redução significativa na informalidade no país. Foi um período que vigorava a CLT [Consolidação das Leis de Trabalho] atual, que é vista muitas vezes como o grande

impedimento da formalização, mas foi também um período de crescimento econômico", explica. "Posso reduzir muito o custo de contratação, fazer flexibilizações, mas se não houver crescimento econômico não terá nenhum efeito no mercado de trabalho essa reforma", afirma Izaías.

O diretor da Faculdade de Economia ainda aponta o risco do quadro de informalidade não só ser revertido como também crescer em caso de aprovação destas medidas. "A proposta atual é aumentar a flexibilização e reduzir um

▲ Para professor da PUC-Campinas, mercado de trabalho só sentirá efeitos de reforma se economia conseguir demonstrar crescimento

pouco os benefícios, mas quando você reduz os benefícios de ser formal, você reduz também o incentivo de ser formal", comenta.

O professor do Instituto de Economia da Unicamp, Claudio Dedecca, inclui a reforma da Previdência como um dos argumentos que vem sendo usados para estimular contratações. "Mesmo que elas sejam aprovadas até meados deste ano, o efeito que podem fazer nas contas públicas será lento porque temos um período longo para absorção dessas novas determinações legais", diz. "A experiência

brasileira já mostrou que a adoção de novas leis ocorre lentamente porque terá uma explosão de ações judiciais contestando a prática".

O professor da Unicamp também classificou a forma como o assunto está sendo abordado pelo governo federal como um "malefício para a sociedade". "Estão conferindo à legislação trabalhista um papel que ela não tem. Ela é relacionada à proteção do empregado e do empregador, a melhoria do ambiente de trabalho e aumento da produtividade, isto é, a existência de direitos e o finan-

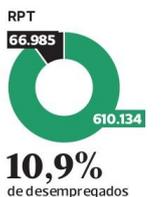
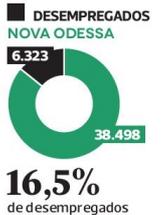
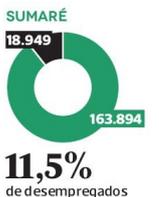
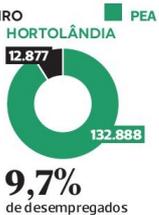
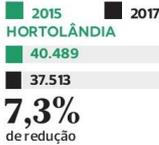
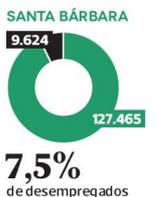
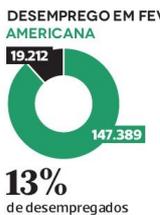
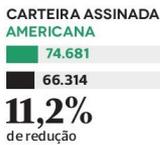
ciamento deles". Segundo Claudio, a legislação trabalhista não é um instrumento de geração de emprego.

EMPECILHOS. Do lado dos comerciantes, no entanto, a opinião é outra. Diretor da Aci (Associação Comercial e Industrial de Americana), Dimas Zulian acredita que é necessário atualizar a CLT, escrita há 80 anos.

"Essa escalada de trabalho informal a gente percebe no dia a dia em Americana. Isso tem uma relação direta com o desemprego e acredito que uma das maiores, se não a maior causa da dificuldade em se empregar alguém hoje, é o exagero nos encargos sociais e as obrigações que a CLT submete a empresa", criticou.

O presidente da associação defende ser necessário simplificar o processo de contratação e diminuir os encargos sociais e tributários para estimular novas contratações. "Eu, como empresário, percebo que a gente espreme, enxuga ao máximo o quadro de funcionários porque é uma dificuldade enorme. Um funcionário que recebe mil, custa dois mil para a empresa, na verdade. Essa CLT arcaica precisa ser superada", finalizou.

RAIO-X DO EMPREGO ▶ O que dizem os indicadores na Região do Polo Têxtil



ARQUIVO: O LIBERAL